

O desenvolvimento histórico do sistema capitalista: as metamorfoses na forma e no processo de trabalho

Fabício André Zanghelini¹

Resumo

O objetivo deste artigo é efetuar uma breve análise do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, assim como, à luz da teoria de Marx, observar como se estruturaram importantes transformações no mundo do trabalho. Para tanto, apresenta-se uma periodização das principais fases de reestruturação do capital e como isso afetou tanto o processo de trabalho como a classe trabalhadora. Nesse particular, busca-se conhecer os desdobramentos histórico-concretos do sistema capitalista para que, portanto, seja possível compreender os movimentos mais recentes de precarização do trabalho e de ampliação do grau de exploração da força de trabalho.

Palavras-chave: Capitalismo; Trabalho; Exploração da força de trabalho.

Abstract

The goal of this article is to perform a brief analysis of the historical development of the capitalist mode of production. Supported by Marx's theoretical work about the capitalist accumulation process, it intends to observe how changes in labor relations were structured. To this end, it presents a periodization of the main phases in which capitalism was restructured and how it qualitatively affects the work process and the working class in general. In this regard, it tries to understand the concrete historical developments of the capitalist mode of production with the purpose of analyzing the nature and essence of the movement which concerns productive restructuring under the mechanism of neoliberal policies in a period of structural crisis of capital.

Keywords: Capitalism; Labor; Exploitation of the workforce.

JEL: B00, B51, J00.

Área 2: Economia Política

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em Economia pela Universidade Federal de Sergipe e doutorando em Economia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: fabriciozanghelini@gmail.com.

Introdução

O trabalho é uma das mais complexas categorias da sociologia moderna, possuindo múltiplas determinações, conforme o grau de abstração utilizado (ALVES, 2007). As abstrações, em conformidade com o método do materialismo histórico-dialético, equivalem às etapas do concreto que integram essência e aparência. É nesse sentido, portanto, que se emprega o processo de abstração do pensamento para ir além da limitada dimensão de verdade que constitui a aparência. Isso significa dizer que, após o gradativo apoderamento da matéria em seus pormenores, encontram-se as efetivas relações sociais e suas formas (os fenômenos e suas leis) ao longo do processo histórico.

É por essa razão que os conceitos teóricos de ciência não podem ser simplificados a questões meramente observáveis como, por exemplo, ocorre no método do empirismo. Isso devido ao fato de esta abordagem científica, ao estar encoberta por um pensamento ontológico ingênuo, prioriza apenas a realidade simplesmente representada (LUKACS, 2012). Levando em consideração tais questões, consoante Bottomore (2001, p. 154-155), a verdadeira função da teoria científica é justamente “penetrar a superfície empírica da realidade e descobrir as ‘relações reais’, as estruturas e forças subjacentes, que geram essas ‘formas fenomênicas’ e as tendências históricas fundamentais da realidade”.

Ademais, para seguir com rigor o método científico marxiano, não se deve utilizar de uma categoria qualquer (aspectos periféricos) como ponto de partida do processo de abstração, mas sim, de uma categoria geral e objetivamente central no plano ontológico. Nesse sentido, para obter a essência da matéria tratada, é necessário atribuir uma correta lógica de prioridade ontológica, em que a primeira categoria pode existir sem a segunda, mas o inverso é ontologicamente impossível (LUKÁCS, 2012). Por exemplo, a mais-valia absoluta pode existir sem a relativa, porém, de acordo com o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, não é possível a mais-valia relativa preceder a absoluta (MARX, 2004).²

À vista disso, é possível afirmar que a categoria trabalho detém uma importante dimensão prioritária. Isso porque, no conjunto de relações recíprocas entre o homem e a natureza, o trabalho é uma ação essencial e determinante sobre a vida humana. É o princípio ontológico constitutivo (categoria fundante) dos próprios seres humanos em sociedade – como também do capital, embora aqui ele seja negado. Desta feita, o objetivo do presente artigo é efetuar uma breve análise do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, assim como, à luz das leis gerais dessa totalidade concreta do capital, observar como ocorrem qualitativas reconfigurações no trabalho e no processo de trabalho, de modo a aumentar a precarização laboral e o grau de exploração da força de trabalho.

O artigo está dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, analisa-se o caráter ontológico do trabalho e o processo de transformação do trabalho simples em trabalho abstrato. Em seguida, observa-se a passagem do capitalismo concorrencial para a fase de domínio dos grandes monopólios financeirizados. Já na terceira seção, analisam-se a consolidação do paradigma taylorista-fordista, como também o processo de reestruturação produtiva que se estabelece no contexto de ascensão das políticas neoliberais. Por último, traçam-se as considerações finais e alguns delineamentos para futuras investigações.

² Segundo Lukacs (2012, p. 307), a prioridade ontológica é “o que ocorre com a tese central de todo materialismo, segundo a qual o ser tem prioridade ontológica em relação à consciência. Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode existir o ser sem a consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algum ente. Mas disso não deriva nenhuma hierarquia de valor entre ser e consciência”.

1. O significado histórico-ontológico do trabalho

O trabalho, nos termos de Marx (2011, p. 211), representa um processo “em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”. Com efeito, “ainda que a espécie humana partilhe”, segundo Harry Braverman (1987, p. 49), “com as demais espécies a atividade de atuar sobre a natureza de modo a transformá-la para melhor satisfazer suas necessidades”, é somente o animal homem que se torna capaz de estabelecer um intercâmbio orgânico com a natureza, por meio do qual constitui objetivações no sentido de transformá-la nos bens necessários à reprodução social. Conforme sublinhou Marx (2011, p. 211-212):

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade.

O indivíduo é um animal que se fez humano, sem perder a sua intrínseca característica natural, por meio do trabalho proposital; o pôr teleológico. Nesse sentido, o poder do pensamento conceptual do trabalho humano é um mecanismo essencial da concepção humana, de tal maneira a propiciar o salto ontológico (o primeiro modelo de práxis)³ que retira o indivíduo das determinações simplesmente biológicas e apresenta seu traço distintivo em relação às outras espécies animais. Como explica Lukács (2013, p. 78), em relação a esse conteúdo ontológico:

É claro que o primeiro impulso para o pôr teleológico provém da vontade de satisfazer uma necessidade. No entanto, esse é um traço comum à vida tanto humana como animal. Os caminhos começam a divergir quando entre necessidade e satisfação se insere o trabalho, o pôr teleológico. E nesse mesmo fato, que implica o primeiro impulso para o trabalho, se evidencia a sua constituição marcadamente cognitiva, uma vez que é indubitavelmente uma vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade do instinto biológico quando entre a necessidade e a satisfação imediata seja introduzido o trabalho como mediação.

Além do domínio do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade do instinto biológico, a atividade do trabalho humano é intrinsecamente atividade social – uma necessidade “eterna” para a existência social (LESSA, 2012). O trabalho existe dentro de um complexo composto que se encontra em movimento junto com as relações sociabilidade – entre elas, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho –, de modo a retroalimentar uma nova forma de ser: o ser social. Em outros termos, “o ser social surge como pressuposto da atividade do trabalho humano e também como produto da própria atividade do trabalho humano” (ALVES, 2007, p. 74).

Em suma, o trabalho constitui-se como uma necessidade natural (estrutural e estruturante) da atividade humano-social, de forma que permite ao sujeito inserido na sociedade impor-se sobre a natureza, transformando-a e transformando a si próprio. Dentro de um conjunto de racionalidade determinado por necessidades concretas, o trabalho é uma atividade

³ Conforme Marx e Engels (2009, p. 40-41) explicam em *A ideologia alemã*: “O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos”.

humano-social que satisfaz as necessidades dos seres humanos. Ou, em outras palavras, é uma atividade orientada por circunstâncias concretas a partir das relações sociais, a um fim que produz valor de uso, em qualquer modo de produção que seja. Consoante Marx (2011, p. 64-65):

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana.

Dando sequência ao quadro analítico, além do caráter originário do trabalho, observa-se, por meio da adaptação da cooperação (muitos trabalhadores sob o comando de um mesmo capital), da divisão manufatureira do trabalho (necessidade técnica de organizar o aumento do número de trabalhadores) e da diferenciação do uso das ferramentas (diversificação dos instrumentos de acordo com as funções específicas de cada trabalhador parcial), a metamorfose do trabalho, em que a atividade laboral torna-se um processo de valorização do capital e, nessa dimensão histórico-concreta, o trabalho adquiriu novas determinações sociais que modificaram profundamente a sua natureza intrínseca.

Em linhas gerais, conforme explica Marx (2011, p. 414), ocorreu “a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão desses meios em capital” – a separação do “caracol e sua concha”. Isto é, à medida que ocorreu a subsunção formal do trabalho no capital, a força de trabalho transformou-se em uma mercadoria formalmente contratada na esfera da circulação e o trabalhador, antes independente, tornou-se paulatinamente submetido ao comando e à disciplina do capital, assim como o processo de trabalho converteu-se em um processo tautológico de valorização do valor, por meio da expropriação de mais-valia. Nas palavras de Marx (2011, p. 415):

Enquanto a cooperação simples, em geral, não modifica o modo de trabalhar do indivíduo, a manufatura o revoluciona inteiramente e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Deforma o trabalhador monstruosamente, levando-o artificialmente a desenvolver uma habilidade parcial, à custa da repressão de um mundo de instintos e capacidades produtivas, lembrando aquela prática das regiões platinas onde se mata um animal apenas para tirar-lhe a pele ou o sebo.

É desse desenvolvimento complexo do capital, em que o antigo artesão independente só consegue desenvolver sua atividade produtiva dentro da oficina manufatureira, que advém a modificação essencial do trabalhador em “trabalhador livre” – a saber, o indivíduo livre da vassalagem, mas, a um só tempo, despossuído dos meios de produção e de qualquer espécie de propriedade –, bem como a importante transformação do trabalho em mercadoria força de trabalho, a qual, ao deter o duplo caráter de valor de uso e valor de troca, incorpora-se ao sistema salarial de trabalho excedente (trabalho não pago). Novamente nos termos de Marx (2011, p. 200):

Só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da História da humanidade. O capital anuncia, desde o início, uma nova época no processo de produção social.

Não obstante, à medida que o período manufatureiro desenvolvia os “primeiros elementos científicos e técnicos da indústria moderna” (MARX, 2011, p. 433), expandiam-se

as forças produtivas sociais do trabalho e o trabalhador perdia tendencialmente o controle sobre os meios de produção – no sentido de habilidades técnicas e profissionais sobre as bases artesanais. Ao converter-se em mero elemento passivo do processo produtivo, realizou-se finalmente, no final do século XVIII, a forma histórico-social sob o modo de produção capitalista e alterou-se o caráter do processo real de trabalho. Conforme explica Marx (2011, p. 416):

Esse processo de dissociação começa com a cooperação simples em que o capitalista representa diante do trabalhador isolado a unidade e a vontade do trabalhador coletivo. Este processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-se na indústria moderna, que faz da ciência uma força produtiva independente de trabalho, recrutando-a para servir ao capital.

Como se pode notar, a essencial transformação do capital está na completa passagem do processo produtivo da manufatura à indústria moderna. Tal desdobramento histórico e econômico representa a consolidação do regime de produção em que a grande indústria assume predomínio definitivo sobre o capital comercial. Com efeito, modificam-se qualitativamente as forças produtivas do trabalho social e aprofunda-se a divisão internacional do trabalho. É nessa condição histórica da emergência da indústria moderna e da generalização da máquina-ferramenta que se tem o formato categorial do trabalho mais supérfluo. Isso porque ocorre a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho no capital e, por conseguinte, a gradativa abstração das qualidades concretas do trabalho simples, de modo que a capacidade produtiva humana se desqualifica e se reduz, cada vez mais, a uma mera mercadoria. Consoante Marx (2004, p. 93):

Do mesmo modo que se pode considerar a produção da mais-valia como expressão material da subsunção formal do trabalho no capital, também a produção da mais-valia relativa se pode encarar como a da subsunção real do trabalho no capital.

Esse movimento de transição – e integrante – da subsunção formal à subsunção real do trabalho no capital se dá pela passagem da ferramenta da mão humana para um mecanismo (a máquina-ferramenta).⁴ Na prática, esse processo, que se realiza na esfera posterior à circulação (a saber, na produção), representa a materialização das condições técnicas que fazem com que o artesão portador de habilidade manual – com sua ferramenta – deixe de ter qualquer protagonismo como agente social no processo de produção e se torne mero elemento intermediário submetido ao controle da máquina.

À medida que o trabalhador deixa de realizar o movimento essencial e de ditar o ritmo de trabalho, ele passa de sujeito ativo a sujeito passivo no processo de produção. Ou seja, ao invés do “trabalhador manejar uma ferramenta parcial”, ele serve de forma especializada a uma “máquina parcial” (MARX, 2011, p. 482). De acordo com Bolaño (2002, p. 64), pode-se considerar, diante desse movimento em que a máquina ferramenta materializa o conhecimento do trabalhador artesanal e o capital efetivamente comanda o processo de trabalho, que a constituição do modo de produção capitalista representa “não apenas uma acumulação primitiva de capital, mas também uma acumulação primitiva de conhecimento por parte do capital industrial”. Conforme Marx (2011, p. 482):

⁴ Como explica Marx (2011, p. 435): “Não é o trabalho, mas o instrumento de trabalho que serve de ponto de partida para a máquina”.

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve à máquina. Naqueles, procede dele o movimento do instrumental de trabalho; nesta, ele tem de acompanhar o movimento do instrumental. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles.

Enfim, ao passo que a ferramenta escapa das mãos do trabalhador e a atividade produtiva humana ficou sob um gradativo comando exercido por uma força completamente estranha a si, alterou-se profundamente a existência humana. Quando a subordinação do trabalho ao capital passou a tomar a forma de controle deste sobre aquele, e o processo de trabalho converteu-se no instrumento do processo de valorização do capital, o próprio caráter da produção da vida material (físico e moral) modificou-se radicalmente e, por conseguinte, reconfigurou-se a totalidade do ser social.

A manufatura constituiu a base técnica da indústria moderna, assim como o processo de acumulação primitiva de capital e de conhecimento e a generalização das relações mercantis internacionais possibilitaram as condições materiais para levar uma classe revolucionária burguesa a comandar o dinâmico e moderno processo produtivo que pôs fim ao modo de produção feudal e sua arcaica forma de governo. Em suma, foi com a formação da indústria moderna e a superação da habilidade manual do trabalhador pela sistemática incorporação do saber técnico no maquinismo, que ocorreu o amplo desenvolvimento das forças produtivas e a consolidação gradual (e desigual) do capitalismo por todo o mundo. A Revolução Industrial, desta forma, significa o momento histórico-ontológico fundamental (e fundante) do sistema capitalista.

2. A fase monopolista e imperialista do capital

Diversas modificações em termos da estrutura produtiva ocorreram pelo fato de o desenvolvimento de um ramo industrial influenciar em outro. Inclusive, diante do grande aumento da produção industrial e das novas conexões do mercado mundial, o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte foi também afetado. Com efeito, para acompanhar esse novo grau de desenvolvimento capitalista, fez-se necessário o surgimento das “máquinas ciclópicas cuja produção não se poderia conseguir através dos métodos da manufatura” (MARX, 2011, p. 440). Isto é, o capital constante atingiu uma nova matriz tecnológica que superou tudo que até então ainda era produzido de forma manual e manufatureira, de tal maneira que a indústria moderna apoderou-se de seu instrumento característico de produção (a própria máquina), e passou a produzir “máquinas com máquinas” (MARX, 2011, p. 441).

Em síntese, foi por meio do curso de aperfeiçoamento da tecnologia industrial, da generalização dos motores elétricos e a combustão, da construção de ferrovias e do estabelecimento da navegação transatlântica que aconteceu uma qualitativa transformação na estrutura das firmas e a própria construção de máquinas “ciclópicas”. Pode-se dizer, diante desse dinâmico desenvolvimento do modo de produção capitalista e da gradativa acumulação de excedente, que foram sendo engendradas as condições materiais para que decorresse a passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista. Ademais, consoante Bolaño (2002) e Hobsbawm (2000), considera-se esse advento de uma nova fase tecnológica do industrialismo como a Segunda Revolução Industrial.

Marx e Engels já davam indícios lógicos do processo de dominação imperialista quando afirmavam, no *Manifesto Comunista* (2001, p. 29), que o sistema capitalista faz com que o mercado e seus produtos sejam expandidos globalmente, de tal maneira que a burguesia tenha que se imiscuir “em toda a parte, instalar-se por toda a parte, criar relações em toda a parte”. Além disso, Marx explica, ao longo d’*O Capital* (2011), que ocorre um endógeno processo de

monopolização no contexto das leis imanentes à própria produção capitalista. Isso significa que, dada a Lei Geral da Acumulação Capitalista, a tendência é que os capitalistas menos eficientes (ou seja, menos produtivos) sejam eliminados do mercado e, por conseguinte, aconteça a gradativa formação de um reduzido grupo de grandes capitalistas.

É possível afirmar, a despeito de incrementos do valor social global, que a acumulação capitalista ocorre, de um lado, através da concentração crescente dos meios de produção e, de outro, através da centralização do capital nas mãos de poucos capitalistas. O processo de centralização é resultado da concentração e afeta diretamente a distribuição dos lucros (concorrência pela apropriação do valor) entre os próprios capitalistas e não apenas as fronteiras de produção de mais-valia. Portanto, de acordo com Marx (2011, p. 729), o capital tende não apenas à concentração simples, mas

o que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. Esse processo se distingue do anterior porque pressupõe apenas alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando; seu campo de ação não está, portanto, limitado pelo acréscimo absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração.

De fato, dentro desse quadro de gradativo avanço monopolista e oligopolista, a moderna sociedade burguesa foi gerando crescentes trocas comerciais e poderosos meios de produção, a tal ponto que o sistema capitalista atingiu inédito grau de acumulação no final do século XIX. O mercado europeu – originalmente organizado por certa “livre concorrência”, com seu apogeu entre os anos de 1860 e 1880 – foi finalmente impulsionado à fase monopolista da economia e de exportação de capitais, conforme bem define Lênin – o qual chegou a sofrer influências das ideias de Hilferding e de Bukharin – em sua obra *O imperialismo: fase superior do capitalismo* (1987).

Consoante Lênin (1987, p. 45), somam-se a essas qualitativas transformações, lideradas por grupos econômicos que controlam amplas cadeias produtivas e fatias do mercado, “o domínio do capital financeiro” que substituiu “o domínio do capital em geral”, de tal maneira que “os bancos reforçam e aceleram consideravelmente o processo de concentração dos capitais e de formação de monopólio” (LENIN, 1987, p. 36). O assinalável é que não se trata de uma simples subordinação dos capitalistas industriais ao capital bancário, mas sim, de uma complexa fusão entre eles, que deu origem à supremacia do capital financeiro, de modo a impulsionar o processo de concentração e centralização de capitais, ao mesmo tempo que se aumenta o grau de exploração da força de trabalho. De forma sintética, Bukharin (1984, p. 99) explica que:

O desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo mundial deu um salto gigantesco no decorrer das últimas décadas. No processo de luta pela concorrência, a grande produção saiu vitoriosa em toda parte, agrupando os “magnatas do capital” numa férrea organização que estendeu seu domínio à totalidade da vida econômica. Uma oligarquia financeira instalou-se no poder e dirige a produção, entrelaçada num feixe único, por meio dos bancos.

Marx (2011) igualmente demonstrava o efeito do crédito (forma prevalente do dinheiro no capitalismo) quando explicava que a estruturação dos grandes bancos, ao dispor de elevada capacidade monetária – tanto pelo entesouramento do papel moeda como pela criação de

dinheiro via crédito –, proporciona o aumento do ritmo dos negócios e, conseqüentemente, é determinante no processo de centralização dos capitais. Em outras palavras, o sistema bancário, ao reduzir o tempo de produção e de circulação de mercadorias e impulsionar a extração de mais-valia por meio do crédito ofertado aos capitalistas, é o motor (a alavanca) do processo de monopolização. Textualmente, Marx (2011, p. 729) afirma que:

[O crédito], de início, insinua-se furtivamente, como auxiliar modesto da acumulação e, por meio de fios invisíveis, leva para as mãos de capitalistas isolados ou associados os meios financeiros dispersos, em proporções maiores ou menores, pela sociedade, para logo se tornar uma arma nova e terrível na luta da concorrência e transformar-se, por fim, num imenso mecanismo social de centralização dos capitais.

A lógica imperial expansiva e de dominação direta sobre outros países é, evidentemente, muito mais antiga do que o próprio capitalismo (LÊNIN, 1987, p. 81). Por essa razão, as políticas de conquista não determinam adequadamente o imperialismo, uma vez que é apenas com o surgimento das grandes nações industriais e das políticas de rapina do capital financeiro que ele é caracterizado como categoria historicamente definida (BUKHARIN, 1984, p. 107). Embora represente o conflito entre os próprios países centrais para o domínio direto ou indireto de países periféricos, o imperialismo escapa, por assim dizer, da esfera fenomênica de dominação – o Império Romano, por exemplo – e apresenta-se como uma categoria específica (e complexa) do capitalismo monopolista, mediante novas (e qualitativas) formas de controle sobre outros territórios. Como escreveu Lênin (1987, p. 122),

atendendo à sua essência econômica, o imperialismo é o capitalismo monopolista. Basta isto para definir o lugar do imperialismo na história, pois, tendo nascido no terreno e a partir da livre concorrência, o monopólio marca a transição do regime capitalista para uma ordem econômica e social superior.

O poder do capital bancário e dos grandes conglomerados industriais, não obstante, passa a coexistir com o poder dos próprios Estados nacionais. Isto é, o Estado burguês e a burguesia formam um complexo e requintado amálgama de dominação e reprodução imperialista. Consoante Lênin (1987, p. 41), verifica-se que a “‘união pessoal’ dos bancos e das indústrias é completada pela ‘união pessoal’ de uns e outros com o governo”. Nesse contexto, afirma Lessa (2013, p. 189):

O capital monopolista possui uma capacidade de investimento, de manipulação dos mercados, e um poder de pressão política sobre o Estado, incomparáveis a qualquer fortuna burguesa anterior; os cartéis e monopólios passam, virtualmente, a controlar a política econômica e a política externa dos seus Estados nacionais. [Ou seja] [...] há a possibilidade de se empregar o Estado de modo muito mais imediato que no capitalismo concorrencial para atender às necessidades de reprodução do grande capital.

Nesse sentido, as oligarquias financeiras estendem seus interesses e ampliam sua ingerência sobre o aparelho estatal, de tal maneira que a ação imperialista gera qualitativas modificações nas relações político-econômicas entre os países, assim como amplia a divisão internacional do trabalho. Com efeito, consolidam-se a situação de dependência dos países periféricos e o amplo processo de apropriação, pelos países centrais, da mais-valia produzida globalmente. Cabe ressaltar, em linhas gerais, que a dependência é uma relação dialética entre complexos fenômenos internos e externos e que, consoante Filgueiras (2014), não se revela apenas no campo da circulação, pois o ciclo de reprodução do capital em escala global

subordina e determina a totalidade do ciclo de reprodução do capital nos países periféricos. Como bem resume Vânia Bambirra (1978, p. 99), a dependência não é

[...] meramente um fenômeno de relações internacionais, de intercâmbio comercial desfavorável aos países pouco desenvolvidos; mas [...] são as relações internas [na sua imbricação com a economia mundial] que configuram uma estrutura econômico-social cujo caráter e dinâmica estão condicionados pela subjugação, exploração e dominação imperialista (*apud* LUCE, 2018, p. 200).

Por fim, é importante ressaltar que, mesmo diante de um poderoso sistema imperialista, em que os Estados modernos se apresentam como “intérpretes fiéis dos interesses do capital financeiro” (BUKHARIN, 1984, p. 99), existe uma pertinente relação dialética a ser destacada. Segundo Bolaño (1998, p. 2; 2002) e Harvey (2010), em determinado grau, o Estado, visto que é um “garantidor das condições gerais necessárias ao processo de desenvolvimento que o capital individual não tem capacidade de suprir”, deve necessariamente contrapor-se aos interesses “suicidas” dos grandes capitais monopolistas como condição fundamental para assegurar os interesses mais gerais do capitalismo (i.e, a própria sobrevivência do sistema).

Em suma, o Estado burguês liga-se, por um lado, intimamente ao processo de concentração e centralização do capital, mas, por outro, exerce a função entendida de capitalista coletivo ideal e, sendo assim, cumpre a posição de coordenador do conjunto dos poderes sociais. Isso significa dizer que o Estado precisa garantir que, no limite, a ordem burguesa não seja colapsada pela contradição existente entre os interesses do capitalista individual e os interesses dos capitalistas em seu conjunto.

3. O fim do modelo fordista de produção e a consolidação do regime de acumulação flexível

Observa-se primeiramente que, após um período conturbado entre a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Grande Guerra (1939-1945), os Estados Unidos, beneficiados pela conjuntura dos anos de conflito, colocaram um completo fim aos problemas da depressão oriundos da crise de 1929 e acumularam os elementos de supremacia e de dominação mundial. Realizou-se, portanto, a definitiva transferência da hegemonia inglesa para os EUA, assim como foi definida uma nova fase de potencialização imperialista. De acordo com Samir Amim (2005, p. 90-91):

Os Estados Unidos saíram da segunda guerra mundial com enormes vantagens, já que seus principais oponentes – a Europa, a União Soviética, a China e o Japão – estavam arruinados. O país se encontrava então em posição privilegiada para exercer sua hegemonia econômica: concentrava mais da metade da produção industrial do mundo de então e possuía a exclusividade das novas tecnologias que iriam moldar o desenvolvimento da segunda metade do século. Além disso, tinha a exclusividade da arma nuclear – a nova “arma absoluta”.

No bojo da matriz tecnológica delineada pela Segunda Revolução Industrial e pela expansão das sociedades capitalistas avançadas do pós-Segunda Guerra, consolida-se uma reestruturação do capital marcada pelo processo produtivo do tipo fordista que, juntamente com a sua inovação típica (a linha automática de montagem), aplicava à perfeição todos os princípios bem-estabelecidos do processo produtivo do tipo taylorista (organização científica do trabalho). Este período, denominado por diversos autores como de reestruturação produtiva do tipo

taylorista-fordista, ficou caracterizado por um rígido controle sobre o trabalhador (em sua maioria semiquilificado) e pela criação da moderna linha de montagem.

Diante desse novo quadro estrutural, a morfologia da produção de mercadorias foi modificada em vários setores da indústria e dos serviços, o que gerou amplos ganhos de produtividade e de escala, tornando possível a produção e o consumo em massa de produtos padronizados, principalmente de bens de consumo duráveis. É nesse ponto mais especificamente que o fordismo se diferencia da fase baseada exclusivamente no taylorismo. Consoante Harvey (2010, p. 121), essa distinção proporciona ao fordismo

um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

À vista desse sistema ampliado de produção, fez-se necessário empregar um contingente ainda maior de trabalhadores, os quais, por consequência do maior número de empregos, passaram a obter poder de barganha e considerável protagonismo político e social com a ajuda de sindicatos (em boa medida, autônomos e combativos) e partidos de classe. Desse modo, foi possível materializar importantes conquistas sociais, como a redução da jornada de trabalho e aumentos salariais com base nos ganhos de produtividade (BOLAÑO, 2002).

Nessa direção, dando sustentação política e institucional ao processo produtivo fordista, estava a ação econômica (fiscal e monetária) destacadamente intervencionista do Estado. Nas palavras de Harvey (2010, p. 125), “o fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo”. Foi, por conseguinte, diante das condições objetivas geradas por esse quadro estrutural de fortalecimento estatal, que se tornou possível a expansão do consumo e do mercado de trabalho, como também o aumento da produtividade em troca de ganhos salariais que estimulassem a demanda efetiva – ao menos nos países capitalistas desenvolvidos.

Para dizer brevemente, o chamado Estado keynesiano caracterizou-se como aquele que centraliza e intermedia os antagonismos de classe, criando uma ordem burguesa estável, através de políticas sociais, de um lado, e de políticas de estabilização da acumulação capitalista, do outro. Buscou-se, assim, estabelecer uma “paz social” por intermédio da “conciliação” entre capital e trabalho. Como explica Harvey (2007, p. 17):

Las políticas presupuestarias y monetárias generalmente llamadas “keynesianas” fueron ampliamente aplicadas para amortiguar los ciclos económicos y asegurar un práctico pleno empleo. Por regla general, se defendía un «compromiso de clase» entre el capital y la fuerza de trabajo como garante fundamental de la paz y de la tranquilidad en el ámbito doméstico. Los Estados intervinieron de manera activa en la política industrial y se implicaron en la fijación de fórmulas establecidas de salario social diseñando una variedad de sistemas de protección (asistencia sanitaria y educación, entre otros).

Tendo isso em vista, importa assinalar que a defesa e utilização de amplos instrumentos estatais-administrativos permitiu que fosse demandado o grande excedente que o capitalismo monopolista gerava (principalmente pelos EUA). Com efeito, as políticas keynesianas conseguiram evitar a estagnação do próprio sistema capitalista, bem como o surgimento de movimentos revolucionários que, mais cedo do que tarde, ganhariam terreno se não houvesse uma interferência de Estado para refreá-los (BRAVERMAN, 1987). Nesse contexto de impedir que ocorram radicais mudanças sociais, Maria da Graça Druck (1999, p. 37) aponta que

[...] no pós-II guerra, o modo americano de trabalhar e de viver precisa fazer frente ao novo modo socialista de trabalhar e de viver, em construção a partir da Revolução Russa. Mais do que nunca, portanto, é fundamental, para a América e para a Europa, a consolidação e a amplificação das práticas fordistas, agora também rearticuladas com as propostas e políticas de “pleno emprego” e de proteção social do Estado, a fim de garantir um determinado padrão e qualidade de vida exigidos pelos movimentos de trabalhadores contaminados pela vitória socialista.

No início dos anos 1970, diante da autorrealização do capital estar submetida a crises cíclicas (HABERMAS, 1981) e do fato das políticas keynesianas não proporcionarem mais saídas concretas à diminuição dos níveis de produtividade e de lucro das empresas, inicia-se a crise do Estado de Bem-Estar Social e do padrão de desenvolvimento sustentado por políticas anticíclicas (fiscais e monetárias) e pelo acordo de Bretton Woods. Conforme debate Bolaño (2008, p. 50), a crise do Estado Keynesiano e do *Welfare State* é decorrente

[...] de suas próprias contradições internas, nomeadamente, o sistema de financiamento, que levava a um endividamento crescente e generalizado (das famílias, das empresas, dos estados nacionais), a incapacidade dos Estados Unidos em manter a conversibilidade do dólar, nessas condições e, principalmente, do ponto de vista da economia real, o esgotamento do potencial dinâmico dos setores de ponta citados [automotivo e eletroeletrônico]. A crise do petróleo só viria a agravar uma situação insustentável a longo prazo.

Em decorrência da crise desse modelo, as políticas neoliberais – sustentadas pelo pensamento ortodoxo da teoria econômica e que apresentam um maior desprezo pelo trabalho do que o liberalismo clássico –, assumem a hegemonia global e levam Ronald Reagan e Margaret Thatcher ao poder. Em linhas gerais, suas práticas defendem o livre mercado de trabalho, a inserção internacional das economias num mundo globalizado e a expansão do capital fictício, assim como buscam retirar do Estado as funções de planejar e conduzir a economia para transferir esse papel ao mercado (às elites econômicas), sob o argumento de que este é mais eficiente do que aquele.

Em síntese, o que se deseja é a fragilização do Estado e a ruptura do compromisso social do pós-II Guerra, basicamente por meio das políticas de austeridade fiscal, para que o mercado seja a principal instância reguladora das mais diversas esferas da sociedade. Como bem resume Atilio Boron (1994, p. 81), o objetivo central das políticas neoliberais é fundar um Estado “diminuído em sua base social, mas burocraticamente eficaz para servir o capital”.

Nesse intento, arquitetou-se um conjunto de ajustes e estratégias para questionar os paradigmas fordistas e viabilizar um processo de radicais transformações políticas, econômicas e sociais.⁵ Efetivamente, a partir das novas experiências macro e microeconômicas efetuadas nos países desenvolvidos, materializou-se um novo regime de acumulação em nível internacional, o qual tem como objetivo principal flexibilizar as barreiras comerciais, o mercado de consumo e as relações de trabalho. Harvey (2010) chama esse movimento de reestruturação capitalista de “acumulação flexível”.

⁵ Ainda que existam específicas continuidades em relação ao padrão taylorista-fordista, esse processo produtivo, diante de mercados mais incertos e heterogêneos, representa um confronto com a rigidez do fordismo, de modo que, segundo Harvey (2010, p. 140), apoia-se “na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. Além disso, importa assinalar que não estamos fazendo uma apologia ao modelo fordista de produção, mas sim, à verificação do acirramento da precarização do trabalho no bojo do processo de acumulação flexível.

Esse novo cenário, a partir de um conjunto de alterações que se deram de forma integrada – o desenvolvimento tecnológico e a incorporação da microeletrônica no processo produtivo, as novas formas organizacionais inspiradas na experiência toyotista e o enfraquecimento sindical –, consolidou uma radical reestruturação produtiva que possibilitou ao capital ampliar seu poder sobre o trabalho. Ou seja, cresceram amplamente as formas de subsunção do trabalho no capital. De fato, diante das formas de produção cada vez mais intensivas em trabalho morto, impõe-se a necessidade de regimes e contratos mais flexíveis, que reduzem o emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 2010).

Não se pode esquecer que o crescimento exponencial da automação, da inteligência artificial e das inovações organizacionais (que buscam diminuir os custos e os tempos mortos da produção) gera um contingente de trabalhadores estruturalmente desempregados. Isto é, a robotização expulsa gradativamente o operariado das fábricas modernas, gerando uma maior superpopulação relativa, nos termos de Marx.

Ademais, por meio da incorporação em larga escala das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), sobrevêm os mecanismos da chamada gestão do conhecimento. Isso se traduz no aumento do grau de precarização do trabalho, de forma que a exploração atinge a dimensão intelectual do trabalhador, como também ocorre a ampliação da informatização da sociedade e intelectualização dos processos de trabalho convencionais. Como afirmava Marx (2017, p. 116) no livro III da sua obra magna, a produção capitalista é, “num grau muito maior que qualquer outro modo de produção, uma dissipadora de seres humanos, de trabalho vivo, uma dissipadora não só de carne e sangue, mas também de nervos e cérebro”.

Cabe ressaltar que, à medida que o sistema capitalista se desenvolve e cresce o contingente de trabalhadores intelectuais, ocorre o gradativo processo de estreitamento das fronteiras entre o trabalho manual e o intelectual. Assim sendo, com a maior aproximação do trabalho intelectual ao modo de produção capitalista, estimulado pelo novo regime de acumulação flexível, chega-se, consoante Bolaño (2002), em termos estritamente marxistas, à chamada Terceira Revolução Industrial e à subsunção real do trabalho intelectual no capital – significando que o trabalhador intelectual oficializa-se como uma nova camada proletarizada.

Enfim, a subsunção real do trabalho intelectual no capital e a generalizada intelectualização dos processos de trabalho constituem a característica central da Terceira Revolução Industrial, além de explicarem o avanço do processo de reestruturação produtiva do capital, do exército industrial de reserva e da precarização do trabalho globalmente. É importante reiterar, pois, que tudo isso são questões estruturantes do novo regime de acumulação capitalista, que potencializam a exploração da força de trabalho e alteram radicalmente as condições de produção e de existência social, tanto nas economias centrais como nos países periféricos.

Considerações finais

Frisa-se, dentro do exame teórico e da análise do desenvolvimento histórico do capitalismo, que é somente o trabalho humano abstraído de qualquer forma histórica que produz valor, de tal maneira que a exploração da força de trabalho se torna o fator essencial da produção social e da valorização do capital. Com efeito, diante do aumento do poder dos grandes monopólios, da revolução da microeletrônica e do avanço das tecnologias de informação e comunicação, materializou-se o regime de acumulação flexível. Esse novo paradigma estampa uma violência ainda maior do capital, de modo que proporciona o aumento da precarização do trabalho (convencional e intelectual) e do grau de exploração da força de trabalho. Ou seja, o capital radicaliza as formas e os mecanismos de alcance de lucro.

Por fim, o processo de acumulação flexível se acentua por meio dos aplicativos e das plataformas digitais (a “uberização do trabalho”, por exemplo), das alterações legislativas – que subtraem os direitos dos trabalhadores – e da existência de uma superpopulação relativa. Ademais, lançando ideias de continuidade para futuras investigações, é fundamental observar como o capital está se estruturando diante da pandemia em curso da COVID-19, tanto no Brasil como no resto do mundo. Assim, quantos (e quais) trabalhadores permanecerão trabalhando em “home office” pós-pandemia? Haverá o aumento dos contratos de trabalho sob demanda? Quais serão os mecanismos que o capital irá criar para recrudescer a exploração da força de trabalho nos diversos setores econômicos? A legislação trabalhista sofrerá novos ataques? Essas e outras questões precisam ser rigorosamente enfrentadas pela classe trabalhadora, a fim de que o horizonte próximo não seja ainda mais deletério.

Referências

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis, 2007.

AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 18, pp. 77-123, 2005.

BOLAÑO, César. A gênese da esfera pública global. In: **XXI Congresso Intercom**. São Paulo, v. 00, CD-rom INTERCOM, 1998.

_____. Trabalho intelectual, comunicação e capitalismo: a re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. **Revista da sociedade brasileira de economia política**, n. 11, p. 53-78, dez. 2002.

_____. **Comunicação, educação, economia e sociedade no Brasil**: desenvolvimento histórico, estrutura atual e os desafios do século XXI. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

BORON, Atilio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no Século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BUKHARIN, Nikolai Ivanovich. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultura, 1984.

DRUCK, Maria da Graça. Globalização e reestruturação produtiva: o fordismo e/ou japonismo. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 2 (74), abri./jun. 1999.

FILGUEIRAS, Luiz. A natureza e os limites do desenvolvimento no capitalismo dependente brasileiro. **Margem esquerda**: ensaios marxistas n. 23. São Paulo: Boitempo, 2014.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la Acción Comunicativa**. Madrid: Taurus, 1981. Vol. 2.

HARVEY, David. Breve historia del Neoliberalismo: Madrid: Ediciones Akal, 2007. Disponível em: <<http://www.economia.unam.mx/academia/inae/pdf/inae4/u114.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2020,

_____. **Condição pós-moderna.** Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2010.

HOBSBAWM, Eric John. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo:** fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1987.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens:** trabalho e ser social. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. **Capital e estado de bem-estar:** o caráter de classe das políticas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência:** problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social I. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, KARL. **Capítulo inédito de O Capital:** resultado do processo de produção imediato. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista 1848.** Porto Alegre: L&PM, 2001.

_____. **A ideologia alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.